

A INFLUÊNCIA DE UM INSTITUTO FEDERAL NAS DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS: UM ESTUDO A PARTIR DO CAMPUS DE ITAPIPOCA-CE

Carla Camila Gomes Freitas¹
Maria Regiane da Costa²
Wagner Vinicius Amorim³
Denise Cristina Bomtempo⁴

RESUMO

No início do século XXI, o Governo Federal do Brasil ensejou esforços para culminar em um maior acesso ao ensino técnico e superior no país. No contexto dos países de capitalismo avançado, em meados do século XX, tal modalidade de ensino já era bem formulada, porém, no Brasil, só iniciou tal processo, de modo tímido e tardio, no presente século. O objetivo deste artigo é contribuir com os estudos atinentes à expansão da rede tecnológica de ensino e da urbanização contemporânea, tendo como delimitação empírica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Itapipoca. Conclui-se que a oferta de um Campus do IFCE intermedia o ensino para além dos limites intraurbanos, captando alunos de menores municípios em seu entorno e até mesmo da capital.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão da rede de ensino, Ceará, Redes tecnológicas, Urbanização contemporânea.

THE INFLUENCE OF A FEDERAL INSTITUTE ON CONTEMPORARY DYNAMICS: A STUDY FROM THE ITAPIPOCA-CE CAMPUS

ABSTRACT

At the dawn of the 21st century, the Brazilian Federal Government initiated efforts aimed at expanding access to technical and higher education in the country. In the context of advanced capitalist nations, this type of education had already been well established by the mid-20th century. However, in Brazil, such advancements only began to take shape, albeit hesitantly and belatedly, in the present century. The purpose of this paper is to contribute to studies related to the expansion of the technological education network and contemporary urbanization, with a particular focus on the empirical case of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Itapipoca. It is concluded that the presence of an IFCE Campus facilitates education beyond intra-urban boundaries, attracting students from smaller surrounding municipalities and even from the capital.

KEYWORDS: Expansion of the Educational Network. Ceará. Technological networks. Contemporary urbanization.

¹ Professora de Geografia, UERN-CAPF, Doutoranda PropGeo-UECE, ccamila2022@gmail.com

² Professora de Geografia, IFCE-Itapipoca, Doutoranda PropGeo-UECE, regiane3074@gmail.com

³ Professor de Geografia, UECE-Itaperi, Docente PropGeo-UECE, wagner.amorin@uece.br

⁴ Professora de Geografia, UECE-Itaperi, Docente PropGeo-UECE, denise.bomtempo@uece.br

LA INFLUENCIA DE UN INSTITUTO FEDERAL EN LA DINÁMICA CONTEMPORÁNEA: UN ESTUDIO DESDE EL CAMPUS DE ITAPIPOCA-CE

RESUMEN

A principios del siglo XXI, el Gobierno Federal de Brasil hizo esfuerzos para lograr un mayor acceso a la educación técnica y superior en el país. En el contexto de los países capitalistas avanzados, a mediados del siglo XX tal modalidad de enseñanza ya estaba bien formulada, sin embargo, en Brasil, este proceso recién comenzó, tímidamente y tarde, en el presente siglo. El objetivo de este artículo es contribuir a los estudios relacionados con la expansión de la red de enseñanza tecnológica y la urbanización contemporánea, teniendo como delimitación empírica el Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia do Ceará, Campus Itapipoca. Se concluye que la oferta de un campus del IFCE media la educación más allá de los límites intraurbanos, atrayendo estudiantes de municipios circundantes más pequeños e incluso de la capital.

PALABRAS CLAVE: Expansión de la red enseñanza, Ceará, Redes tecnológicas, Urbanización contemporánea.

INTRODUÇÃO

No mundo atual, em que as técnicas, as informações, as mercadorias e as pessoas estão cada vez mais interligadas por pontos e linhas que cruzam os mais diferentes limites e fronteiras no globo terrestre, não é difícil compreender que existe no campo dos estudos urbanos relevante importância para destrinchar tais fenômenos. Neste século, enquanto os maiores centros urbanos que têm influência em uma escala planetária ocupam-se em importantes pontos para compreender tais dinâmicas, menores centros populacionais começaram a despontar nas escalas interestaduais e intrarregionais, embora exercendo influência em um menor número de centros urbanos, mas com dinâmicas de integração próprias e de relevância socioespacial multiescalar.

Segundo Brenner (2014), as geografias da urbanização explodiram as barreiras das cidades, das metrópoles, da região e do território e assumiram uma escala planetária. Desde os menores centros urbanos, até os mais densos e complexos arranjos populacionais, expressam distintas formas de intermediação e articulação do sistema urbano (TAYLOR, 2004), seguindo uma estrutura não apenas hierárquica, mas também heterárquica (CATELAN, 2013).

Compreendemos que a cidade, para além de um fenômeno social, é também um fenômeno político, cultural e econômico e, por suas particularidades, é também um local de uma dinâmica conjunta com uma identidade conjunta (STORPER; SCOTT, 2018). No entanto, as cidades estão sempre inseridas em sistemas mais amplos de relações sociopolíticas em diferentes escalas. Deste modo, as dinâmicas preponderantes que estas desempenham

demarcam centros urbanos específicos com diversas características distintas, isto posto, é possível compreender a origem de numerosas variações em sua forma e nas funções que exercem ao longo do tempo e no espaço (SCOTT; STORPER, 2018).

Historicamente a oferta de ensino técnico e superior no Brasil concentrou-se junto a um pequeno contingente populacional, estando restrita ao público que podia pagar pela oferta do ensino superior privado. A partir de pesquisas realizadas por meio de levantamento bibliográfico e de dados secundários, podemos compreender que a oferta de ensino técnico e superior no Brasil, principalmente depois dos anos 2000, passou por mudanças significativas, condicionada por políticas sociais distintas, as quais alcançaram também a centralidade dos menores centros urbanos.

Considerando-se que a influência de uma cidade não se deve ao seu tamanho populacional, mas, sobretudo, ao seu grau de centralidade (CORRÊA, 2011), optamos por investigar a centralidade do município de Itapipoca, no estado do Ceará, a partir da oferta de ensino técnico e superior por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é contribuir para com os estudos atinentes à expansão da rede tecnológica de ensino e da urbanização contemporânea, tendo como delimitação empírica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Campus Itapipoca, buscando explicar a expansão dos IFs e suas influências no fenômeno urbano cearense.

Este artigo se encontra dividido em quatro seções. A primeira se detém a essa introdução que expõe os objetivos e pontos centrais do texto. Em seguida, a segunda seção se refere ao percurso metodológico da pesquisa, organização de fontes e dados utilizados neste estudo, bem como caracterização do recorte empírico. A terceira seção, que traz os resultados e as discussões, apresenta os principais desenlaces acerca da influência do IFCE Campus Itapipoca na rede urbana cearense. Por fim, tem-se a seção de considerações finais, a qual apresenta as conclusões e perspectivas sobre o tema abordado neste artigo.

PERCURSO METODOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DE ESTUDO

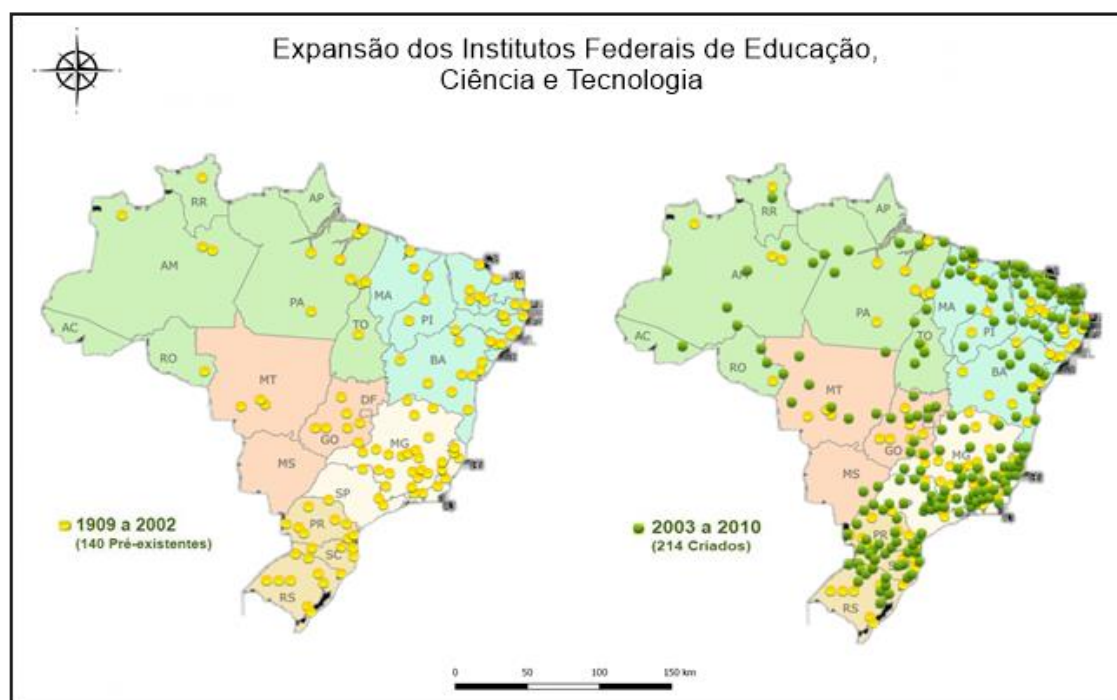
Para construção deste artigo foi realizado um estudo teórico metodológico, a começar pela revisão de literatura, que contribui para se chegar a novas pesquisas, com novas abordagens a partir de trabalhos já realizados (MARCONI; LAKATOS, 2003), a saber: autores que se

detém nos estudos urbanos e das dinâmicas contemporâneas das cidades e da urbanização, tais como Brenner (2014); Storper e Scott (2018); Roy (2009); Brandão (2022), além de autores que estudam a influência das pequenas cidades: Sposito (2014); Holanda e Amora (2011); Sposito e Silva (2013); Endlich e Fernandes (2022); Endlich (2021); Sposito (2014); além de consultas aos *websites* do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na sequência, procedeu-se com a pesquisa exploratória/descritiva/explicativa sobre a expansão da Rede Federal de Ensino Técnico no país, sua concepção e “trajetória”, até chegar-se na década de 2020 e, finalmente, na espacialização e interiorização no estado do Ceará, a partir de bibliografia especializada sobre o tema (HOLANDA; FREIRE, 2021; HOLANDA, 2018), e em outros estados do Nordeste, como o estudo de Silva (2018) sobre a dinâmica geográfica da expansão dos institutos federais no estado da Bahia, e Basílio Júnior (2019), o qual explica a expansão da educação superior e profissional e seus efeitos na mobilidade espacial no Seridó Potiguar, Gomes (2016) que abordou a expansão da rede federal de ensino no Rio Grande do Norte, além do estudo de Santos e Silveira (2000), os quais apresentam as disparidades no ensino superior público e particular no território brasileiro, ainda no início do século XXI. Ademais destes estudos, dados oficiais produzidos e disponibilizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foram primordiais nesta fase de pesquisa exploratória.

Não obstante, embora tenhamos trilhado um estudo que nos faz compreender uma política pública de cunho nacional-governamental, chegamos à conclusão que tais políticas influenciaram gradativamente as esferas locais, isso porque, não somente as cidades de maior centralidade urbana foram escolhidas, mas pequenas e médias cidades puderam ser contempladas com campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, cumprindo os propósitos da política em diferentes espaços urbanos e regiões do país (Figura 01).

Figura 01: Brasil: Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – 1909-2010



Fonte: Ministério da Educação (2012), adaptado pelos autores (2022).

Em um período de 93 anos o país criou 140 campi de IFs em diferentes porções do território, como podemos ver no mapa esquerdo da Figura 01. Existiam disparidades na distribuição destas instituições, sobretudo quando comparamos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste – o estado de Goiás e o Distrito Federal, onde há maior concentração –, que são historicamente regiões concentradas de recursos transversais (SANTOS; SILVEIRA, 2000), aos estados da Região Norte, que era visto como um enorme vazio, e também aos estados da Região Nordeste, os quais concentraram os IFs nas áreas litorâneas e nas próprias capitais, além da presença em importantes cidades da rede urbana, como Mossoró, no Rio Grande do Norte, Juazeiro do Norte e Crato no Ceará, e Cajazeiras na Paraíba.

Segundo Silva (2018), o Estado buscou sanar as demandas sociais em diferentes partes do país, fundamentando a expansão da educação profissional no Brasil mediante as questões que envolviam o ensino médio público e as novas demandas do setor produtivo, que necessitava de mão de obra qualificada para as indústrias que surgiam nas regiões distantes do ponto de vista da localização, distantes do ponto de vista topográfico das capitais.

Concomitantemente, a expansão que se deu em oito anos, de 2003 a 2010, implicou na interiorização da rede de ensino em diferentes áreas urbanas do país, onde foram criados 214 campi, quase o dobro da quantidade de instituições de ensino construídas em quase um século.

Até mesmo as regiões com menores números de campi conseguiram se sobressair, por exemplo, a Região Norte que contava com nove campi, passou para 32, sendo que foram construídos mais 23.

Na Região Nordeste todos os estados apresentaram expansão de novas instituições, inclusive nos sertões semiáridos, onde há significativa presença de cidades pequenas e médias. É relevante ressaltar a importância de tais cidades, pois neste período em que as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) possibilitam a dinâmicas de fluxos não apenas verticais, mas também horizontais e transversais, níveis diferentes de uma rede urbana e/ou de redes urbanas podem ser articulados, interligando-se distintos pontos no espaço geográfico (SPOSITO, 2008; SPOSITO, 2014).

Não obstante, o Ceará apresentou veemente expansão e interiorização por meio da criação de novos IFCEs em todo seu território, vale salientar que este estado nas últimas duas décadas foi marcado por mudanças significativas gestadas em diferentes escalas, marcadas pela reestruturação capitalista, resultando em uma série de ações públicas e privadas com repercussões na produção do espaço na escala da rede urbana cearense e nordestina (HOLANDA; AMORA, 2011, p. 20). Ressaltamos, que das muitas características da reestruturação socioespacial cearense, estiveram aliadas às dificuldades impostas pelas tradicionais estiagens, como pontua Pereira Júnior (2011), fato esse que não difere de outros estados na Região Nordeste. As transformações no território cearense foram engendradas por meio de articulações de agentes externos, políticas econômicas do Governo do Estado e, fundamentalmente, por políticas públicas (PEREIRA JR. 2011).

De acordo com Carlos (2011), a reprodução do espaço ocorre em diferentes níveis – no nível do econômico [infraestruturas, matérias primas, meios de produção espaço produtivo], do político [o Estado e sua territorialidade mediante a mediação do poder político nas diferentes esferas] e do social [modos de apropriação dos espaços para a reprodução da vida cotidiana] – e escalas – do mundial, do intermediário e do lugar.

A reprodução do espaço realiza-se por meio de estratégias cada vez mais articuladas entre si, que reafirmam as particularidades do lugar, em que a prática socioespacial “[...] ganha sentido como produtora dos lugares, encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações que se realizam num espaço-tempo determinado enquanto processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade, do espaço em seus descompassos [...]”

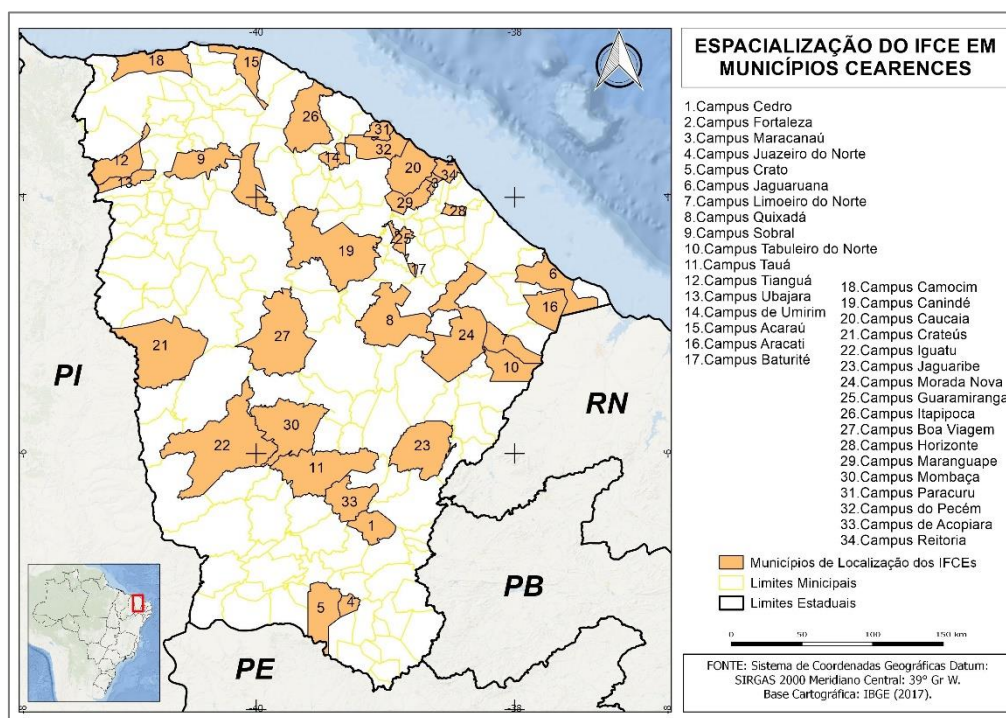
(CARLOS, 2011, p. 88). A expansão do ensino superior e tecnológico demonstra como tal política pública vem reproduzindo-se nestes níveis – do econômico, do político e do social – e nestas escalas – do mundial, do intermediário e do lugar.

Não são poucas as cidades médias e pequenas fora dos grandes centros urbanos do território brasileiro “[...] que vem passando por alterações nos processos socioespaciais advindos da difusão e concentração das Instituições de Ensino Superior”, como pontuam Holanda e Freire (2021, p. 44556), e é neste sentido que as “[...] cidades de diferentes escalas fora dos tradicionais grandes centros, tornaram-se uma fração do espaço que se relaciona com o mundo” (HOLANDA; FREIRE, 2021, p. 44556), tendo em vista que a presença de uma IES engendra novos arranjos territoriais no espaço urbano e regional.

Embora seja seletiva e desigual este movimento de expansão, há uma constatável evolução do número de instituições e uma igual evolução em sua diversificação e distribuição territorial. Atualmente o Ceará conta com 34 campi distribuídos (Mapa 01) em 33 municípios, a capital conta com dois campi mais um polo de inovação criado em 2018.

Antes da expansão o estado contava com quatro campi, sendo o primeiro originário em 1964 CEFET, que em 2008 passou a ser IFCE, quatro anos depois foi criado o ETFCE em 1968 na capital Fortaleza, mas que em 2008 passou a ser IFCE, o CEFET criado em 1994 em Maracanaú, também em 2008 tornou-se IFCE, ainda em 1994 foi criado o campus de Juazeiro do Norte e em 1999 o campus Crato.

Mapa 01: Especialização dos IFCEs no Ceará



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No ano de 2008, já na segunda fase de expansão da política nacional, foram criados oito campi no estado do Ceará: Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá e Ubajara. Por conseguinte, em 2009 foi criado o Campus de Umirim e, em 2010, foram criados nove campi, sendo estes: Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Iguatu e Jaguaribe. Em 2012 apenas um campus foi construído, o de Morada Nova, em 2014 Campus de Guarimiranga, 2015 Campus Itapipoca, 2016 foram cinco campi: Boa Viagem, Horizonte, Maranguape, Mombaça, Paracuru e o Campus do Pecém em São Gonçalo. A construção de novos campi se encerrou em 2018, com o Campus de Acopiara, e o Campus Reitoria em Fortaleza, como já mencionado.

Diante do exposto, partimos da hipótese de que a implantação dos *campi* em diferentes cidades que exercem funções diversas nas redes urbanas das quais participam, reverberou em uma maior centralidade urbana entre pequenas e médias cidades, ao mesmo tempo cooperando no desenvolvimento socioeconômico destas cidades, fortalecendo seus vínculos com outros centros urbanos.

Não obstante a discussão atinente à urbanização planetária (BRENNER, 2014, 2018; CASTRIOTA, 2016; HARVEY, 2014), não podemos desconsiderar o desempenho dos menores centros urbanos, os quais, conjuntamente, compõem a maior parte dos municípios

brasileiros, igualmente em outros países do hemisfério sul. A título de exemplo, de acordo com os dados da REGIC 2018 (IBGE, 2020), 4.037 municípios brasileiros são considerados Centros Locais, cuja população estimada para 2021 varia entre 136.390, o Centro Local mais populoso, a 786, o Centro Local menos populoso. Centros de Zona A e B somam 398 municípios, cuja população estimada para 2021 varia entre 126.436, o Centro de Zona A mais populoso, a 3.794, o Centro de Zona B menos populoso.

Centros Sub-regionais A e B totalizam 352 municípios, cuja população estimada para 2021 varia entre 331.301, o Centro Sub-Regional A mais populoso, a 16.806, o Centro Sub-Regional B menos populoso. Somados Centros Locais, Centros de Zona A e B e Centros Sub-regionais A e B totalizam 4.787 municípios, o que equivale 85,9% dos 5.568 municípios brasileiros. Capitais Regionais A, B e C e Metrôpoles compreendem 14,1% dos municípios brasileiros, isto é, 781 municípios. Ademais, devemos atentar-nos ao fato de que as cidades do Sul são marcadas por uma economia política frágil, pois se apresentam com recursos insuficientes para uma vida decente a todos, como afirma Mabin (2015).

Nesta perspectiva, considerando o que foi até aqui exposto, adentrar-se-á ao objeto empírico deste artigo, a fim de se compreender a realidade e a influência exercida pelos institutos federais nas cidades em que estão inseridos, levando em consideração sua influência multiescalar. Como exemplo, destacamos o Campus de Itapipoca (Mapa 02), localizado no município de Itapipoca, inaugurado no dia 26 de janeiro de 2015, e em 2016 foi realizado o primeiro processo seletivo, que aprovou 45 alunos para o Curso Técnico Integrado em Mecânica e 47 alunos para o Curso Integrado em Edificações.

Mapa 02: Localização do IFCE Campus Itapipoca – Ceará

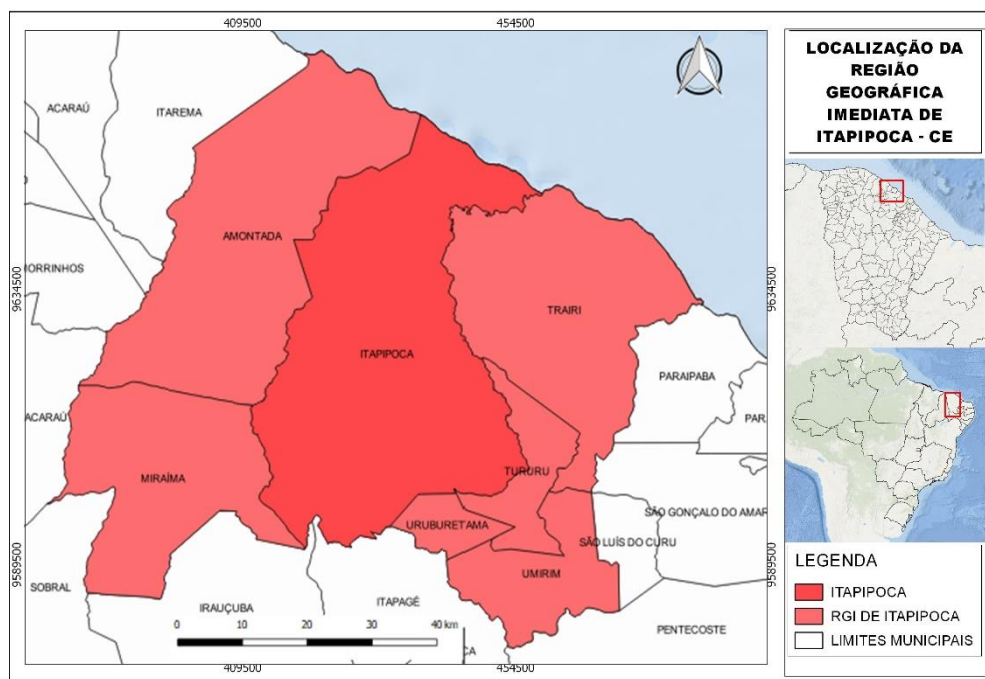


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Itapipoca apresentou no último censo (2022) demográfico, 131.123 habitantes, cujas estimativas da população de 2024 aumentará para 137.892 habitantes, colocando-o como sétimo município mais populoso do estado do Ceará. Já com relação ao produto interno bruto, o município ficou na 12ª posição no ano de 2019.

O município também ganha relevância na rede urbana por comandar uma das 18 Regiões Geográficas Imediatas (RGI) do estado do Ceará, uma das cinco regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Fortaleza e uma das 509 regiões imediatas no Brasil, criadas em 2017 e publicadas em 2018 pelo IBGE, em estudo intitulado “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias”. No caso da RGI de Itapipoca, além da própria dinâmica da cidade, que supre com as necessidades imediatas de sua população, ela influencia outros seis municípios que estão ao seu redor, sendo estes: Amontada, Miraíma, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama (Mapa 03).

Mapa 03: Localização da Região Geográfica Imediata de Itapipoca – CE



Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir de dados do IBGE (2018).

Em outro estudo de grande relevância técnica e científica, o estudo das Regiões de Influência das Cidades, a REGIC⁵ 2018 (IBGE, 2020), Itapipoca está classificada na rede urbana cearense como um Centro Sub-regional B. Em linhas gerais, os centros sub-regionais são o terceiro nível hierárquico, cuja categoria estão 352 municípios, sendo 96 como Centro Sub-regional A, e 256 como Centro Sub-regional B, os quais possuem atividades de gestão menos influentes nas redes urbanas das quais participam, e com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais.

Outra justificativa para a presente pesquisa aponta para a contribuição para com os estudos das cidades pequenas, classificadas nas posições inferiores da hierarquia da rede urbana brasileira, mas que influenciam na dinâmica dos centros de menores funcionalidades, mas que não deixam de ter importância para com a população atendida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

⁵ A pesquisa Regiões de Influência das Cidades tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades.

No decorrer dos anos 2000 e ao longo da década seguinte, a educação dita interdisciplinar teve relevante contribuição nos diferentes espaços científicos, houve avanço nas ciências sociais e planejamento estão florescendo nas principais universidades, por sua vez, os temas urbanos vêm sendo debatidos energeticamente por sociólogos, historiadores, críticos literários e outros especialistas da área de ciências humanas, além, evidentemente, de pesquisadores das áreas da Geografia e do Urbanismo. Existe um leque de oportunidades para o debate sobre urbanização, até mesmo no que concerne às questões socioambientais e o futuro da biosfera estão sendo conectados com assuntos correlatos aos estudos urbanos, aponta Neil Brenner (2014).

Por outra perspectiva, os estudos atinentes à temática tanto dos estudos urbanos, como da dinâmica contemporânea das cidades em si, vêm ganhando fôlego fora dos chamados “países do Norte”. Dito isto, entendemos que “[...] es hora de repensar las geografías de la teoría urbana y regional. Gran parte del trabajo teórico sobre las ciudades-región está firmemente ubicado en la experiencia urbana de América del Norte y Europa occidental” (ROY, 2009, p. 150).

De acordo com Ananya Roy (2009), as cidades do chamado “Sul global” quando aparecem nos estudos de teorias urbanas, são sempre vistas a partir do indicador de subdesenvolvimento, assim, as cidades do “primeiro mundo” (Norte global) são as vistas como modelo para o mundo e que reverberam na teoria e política, por outro lado, as cidades do “terceiro mundo”, são vistas como problemáticas, sendo esta uma questão a ser solucionada.

Nesse ínterim, acreditamos na ideia de que é possível sim, discorrer sobre as diferentes dinâmicas urbanas e regionais em cidades do eixo Sul-Sul, sobretudo tendo-se em vista os cuidados apontados por Storper e Scott (2018) “as cidades do Sul Global foram gravemente negligenciadas nos esforços anteriores de pesquisa⁶; obviamente devemos ter o cuidado de prestar atenção às especificidades dessas cidades” (p. 40).

Conforme Brandão (2022), no caso da América Latina, desde o final dos anos de 1940, já existia uma preocupação e um campo de pesquisas urbanas no âmbito científico, político e acadêmico, que, por sua vez, se detinha em compreender o subdesenvolvimento dos espaços periféricos. Não obstante, nas décadas seguintes, de 1970-1980, o empenho histórico latino-

⁶ Agora que as oportunidades de pesquisa nas cidades do Sul Global estão se expandindo rapidamente no Norte e no Sul, essa negligência relativa por parte de estudiosos urbanos provavelmente desaparecerá rapidamente.

americano tornou-se robusto e passou a enquadrar a dimensão espacial, a qual, segundo o autor, era deixada de lado, mas que diante da dinâmica urbana contemporânea necessitava ser retomada no campo dos estudos articulados às políticas urbanas e sociais, sobretudo após sucessivas crises do modo capitalista de produção, que reverberam com mais agudez nos países do Sul.

É relevante que os estudos possam abarcar as diversas problemáticas, a partir de processos nos diferentes contextos urbanos, pois cada centro tem seus sujeitos históricos. Os espaços urbanos e sua dinâmica são resultados de ações que se fazem presentes nas escalas locais, por meio de heterogeneidades que lhes são específicas, as quais, afirma Brandão (2022), condicionam a diversidade material e imaterial, com características muito próprias.

Embora a problemática contemporânea da urbanização em curso não se trate da formação de uma rede mundial de cidades globais, e sim uma extensão desigual desse processo de destruição criativa capitalista em escala planetária (BRENNER, 2014), cada cidade ainda apresenta e representa, em sua própria escala, especificidades de interações, por meio de intermediações econômicas e sociais, que, por sua vez, são geradas pelos processos de aglomeração e proximidade, onde corriqueiramente se revelam com arranjos de governança, lidando com efeitos conhecidos como os de densidade e de proximidade (STORPER; SCOTT, 2018).

Ao longo do processo de formação e estruturação da rede urbana brasileira, há cidades que se expandiram territorialmente a um ritmo acelerado, outras se desenvolveram economicamente mais rapidamente e depois entraram em uma fase de estabilização ou mesmo declínio, enquanto outras permanecem em um estado protocapitalista de desenvolvimento socioeconômico. Em linhas gerais, há cidades economicamente arrojadas, enquanto outras permanecem subdesenvolvidas, mas cada qual exercendo suas funções específicas nas redes urbanas das quais participam, enquanto umas se especializam na indústria, outras especializaram-se na prestação de serviços dependentes da economia baseada em filiais, outras tornaram-se centros de inovações, empreendedoras, como presença de elite de alta renda etc. (STORPER; SCOTT, 2018).

Por sua vez, concordamos com Brandão (2022), ao explanar sobre a importância da democratização das políticas públicas, afinal, são estas, na maioria dos casos, que impactam nas diferentes escalas, direta ou indiretamente. Nesse aspecto, ressaltamos a importância das

idades do ponto de vista de sua “responsabilidade territorial” (BARTOLI; SCHOR; OLIVEIRA, 2019; SCHOR; OLIVEIRA, 2016; SCHOR; OLIVEIRA; BARTOLI, 2022), que desempenham funções relevantes na oferta de serviços públicos a partir da criação e implementação de políticas públicas, e para os propósitos deste artigo consideramos o ensino público de nível técnico e superior.

No Brasil do século XX, a mudança de um país estritamente agrário exportador para urbano e industrial (SANTOS, 2008), culminou em diferentes estratégias voltadas para o crescimento econômico, pois era preciso mão de obra qualificada. Assim, entre 1930 e 1945, com a emergência da industrialização no Brasil surgiram diversas escolas técnicas isoladas, com proeminente apoio do Estado. Entre 1956 e 1961 a indústria automobilística organizou-se como o grande ícone da indústria nacional, sobretudo a partir de investimentos nas áreas de infraestrutura, com isto, a educação voltou-se à formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país, atreladas aos interesses das grandes corporações. Em menos de duas décadas, em 1971, de acordo com o Ministério da Educação:

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) transforma, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, reflexo desse momento histórico. Um novo paradigma estabelece-se: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos (MEC, 2010, p. 6).

Duas décadas depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394) de 1996 foi aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208 regulamentou os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. Com isto, a Reforma da Educação Profissional foi implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país (MEC, 2010).

No final do século XX e na virada para o século XXI o mundo vivenciou uma ampla e complexa reestruturação nos meios técnicos, científicos e informacionais (SANTOS, 2006), com os diferentes avanços nas mais diversas áreas, ao que foi necessário a criação de instituições que pudessem acompanhar tais metamorfoses.

No período que vai dos anos de 1990 a 2002, o ensino se expandiu em Leis, mas não em infraestruturas, o que houve de concreto foi o sucateamento das políticas educacionais. Além do mais, o ensino técnico se concentrava nos maiores centros urbanos e capitais dos estados, não constituindo uma rede interligada no país (GOMES, 2016).

Foi somente no ano de 2003, com um novo governo, que foram editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica brasileira, quando houve a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04, eliminando as amarras estabelecidas por aqueles, que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos (MEC, 2010). Deste modo, a expansão da rede federal pode ser compreendida em três fases durante os anos de 2003 a 2014.

Quadro 01: Características dos Planos de Expansão e Fases

Plano de Expansão – Fase I	Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.
Plano de Expansão – Fase II	Iniciada em 2007, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) estabeleceu como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.
Plano de Expansão – Fase III	Iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de educação profissional e tecnológica (EPT) partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir de dados do Ministério da Educação.

No período de transição dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003), houve grande ebulição nos debates referentes à relação entre o ensino médio e a educação profissional, resultando em uma significativa mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo da educação profissional, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores da área trabalho e educação (BRASIL, 2007). Em linhas gerais, a expansão e interiorização do acesso ao ensino superior no início do século XXI tem suas raízes nas contradições de nossa sociedade (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014).

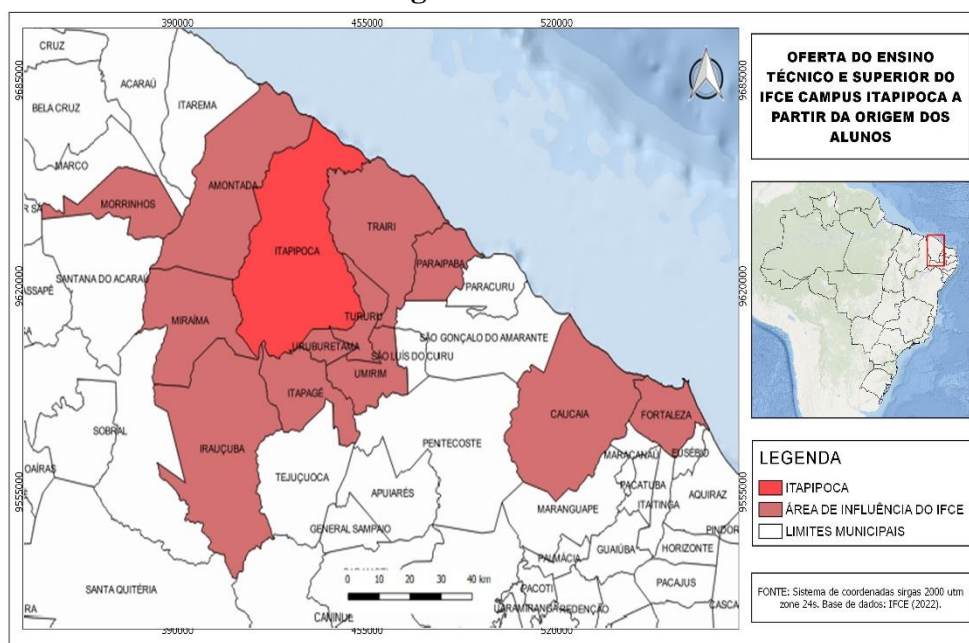
Embora as estratégias públicas na maioria das vezes apontem para os núcleos metropolitanos tradicionais, elas também articulam amplas estruturas de acumulação e regulação espacial, deste modo, organizam-se ao longo de corredores intercontinentais de transporte por meio de grandes redes de infraestrutura, telecomunicações e energia, numa

espécie de “triangulação” do crescimento transnacional em regiões fronteiriças internacionais (BRENNER, 2014).

Neste sentido, as políticas de interiorização do ensino técnico e superior serviram de aporte para romper com os paradigmas da concentração de recursos/investimentos sociais, que até então concentravam-se nos maiores centros urbanos, e tais políticas dinamizaram economicamente as diferentes escalas do território brasileiro. No caso do IFCE Campus de Itapipoca, o ensino ofertado por este instituto condiciona uma dinâmica para além dos limites municipais (Mapa 04).

De acordo com os dados analisados, considerável parte das matrículas no IFCE consiste em alunos do próprio município, isso significa que estes não necessitam se deslocar para outras cidades de maiores distâncias.

Mapa 04: Oferta do Ensino Técnico e Superior do IFCE Campus Itapipoca a partir da origem dos alunos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022) a partir de dados do IFCE (2021).

O campus de Itapipoca oferta cursos Técnicos Integrados (Ensino Médio) e Técnicos Subsequentes para quem já concluiu o Ensino Médio. A IES também oferta cursos de formação inicial e formação continuada, voltados àqueles que já possuem atuação na área, e buscam atualização e/ou aprofundamento de conhecimentos (Quadro 02), os primeiros cursos criados e com início de funcionamento no ano de 2017, foram os cursos subsequentes em Mecânica e

Edificações, posteriormente no ano de 2018 foram implementadas as licenciaturas em Música e Física, já no ano de 2019, mais três cursos integrados: Mecânica, Edificações e informática.

Quadro 02: Caracterização dos cursos ofertados pelo IFCE *Campus Itapipoca*

Técnicos	Integrado	Integrado em Edificações	2019
		Integrado em Mecânica	2019
		Integrado em Informática	2019
	Subsequente	Subsequente em Edificações	2017
		Subsequente em Mecânica	2017
Superior	Licenciaturas	Licenciatura em Física	2018
		Licenciatura em Música	2018

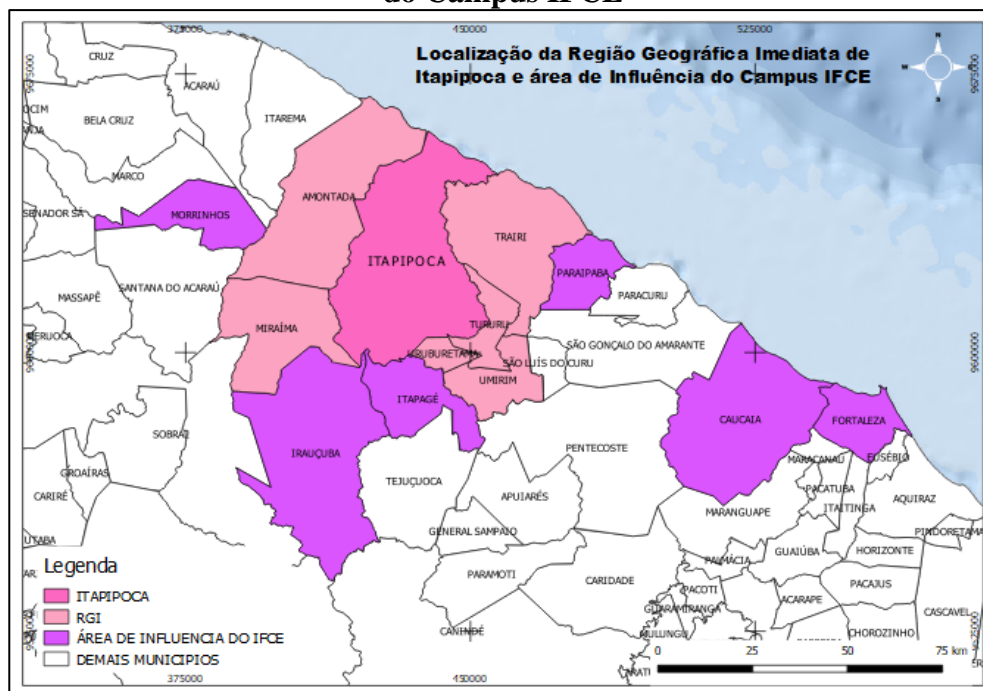
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A chegada do campus Itapipoca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem representado um marco na educação local e regional. Neste sentido,

Vale destacar, que além da cidade sede, o IFCE atende através da oferta de seus cursos a estudantes de outros municípios do litoral oeste e da zona norte, com os quais faz limite. O referido campus foi criado com o objetivo de promover a educação profissional de excelente qualidade nos diversos níveis de ensino, considerando as demandas dos saberes e fazeres para o desenvolvimento regional sustentável (IFCE, 2022).

Por sua vez, a influência do ensino técnico e superior deste *campus* ultrapassa os limites da Região Geográfica Imediata de Itapipoca já mencionada, chegando aos centros mais importantes, como Caucaia, e até mesmo à capital (Mapa 05).

Mapa 05: Localização da Região Geográfica Imediata de Itapipoca e área de Influência do Campus IFCE



Fonte: Elaborado pelos autores (2022) a partir de dados do IFCE (2021), IBGE (2018).

Por outro ângulo, revela-se preponderante a oferta do ensino técnico e superior do presente estudo, com os demais municípios cearenses, principalmente daqueles que estão territorialmente mais próximos. É considerável que

[...] havendo mais centros formadores próximos aos municípios de origem de determinados jovens, a probabilidade de deslocamento tende a aumentar, pois surge uma facilitação ao acesso, a qual não exigiria, em um primeiro momento, uma mudança de residência. Dessa forma, não haveria uma necessidade de demasiados investimentos adicionais, a depender da renda da população, como aluguel ou alojamento em outra localidade ou de pagamento de mensalidade, tendo em conta que a maior parte expansão em regiões menos dinâmicas se deu em instituições públicas (BASILIO JR, 2019, p. 23).

Diante de tal realidade, o dinamismo provocado no local e na região imediata a partir da implantação dos Institutos Federais demonstra a importância dos estudos e pesquisas que lhe digam respeito, pois a criação destes não atinge apenas a educação em si, mas reflete substancialmente em outros ramos e setores da economia, o mercado imobiliário local, o setor alimentício, o setor da construção civil e serviços em geral (SILVA, 2018).

De acordo com Storper e Scott (2018), embora no mundo contemporâneo haja predominância no crescimento dos vínculos de longa distância, a proximidade e a densidade entre centros urbanos ainda permanecem relevantes, como arranjos que facilitam os volumes

em expansão de interações íntimas, detalhadas, que distingue as dinâmicas em pequena escala, que, por sua vez, estão no coração das relações humanas. Em relação às pequenas e médias cidades, Sposito (2014, p. 25) afirma que:

A quantidade de dinâmicas em curso e, mais que isso, sua diversidade implicam a qualidade delas e as múltiplas formas como podem se combinar. Numa primeira vista, isso poderia nos levar a concluir que as cidades médias e pequenas, como entidades espaciais e sociais menores e menos complexas que as grandes e metropolitanas, conheceriam dinâmicas capitalistas de menor magnitude. De fato, esta dedução não é despropositada, uma vez que verdadeira, mas ela é insuficiente, quando consideramos que a síntese não é apenas a somatória das partes, mas o modo como essas partes se articulam, combinam-se ou revelam contradições (SPOSITO, 2014 p 25).

Acredita-se que “as cidades não se desenvolvem e crescem apenas com base em suas relações internas; elas também são moldadas por ordenamento locacional em todo o espaço geográfico” (SCOTT; STORPER, 2018, p. 14). Não é sem razão que, segundo Scott e Storper (2018), não é cabível afirmar que exista um conceito geral de cidade, pois estas possuem uma enorme diversidade de fenômenos empíricos, podendo ser entendidas em termos da dinâmica de aglomeração e polarização, e o desdobramento de um nexos associado de localização e de interações humanas. A esse respeito é revelador o fato de que as regiões de influência das cidades brasileiras em toda a sua diversidade possuem uma hierarquia em que nem sempre os municípios hierarquicamente superiores são, obrigatoriamente e em todos os casos, mais populosos que municípios que estão numa hierarquia inferior.

Portanto, ao apresentar aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal para menores centros urbanos, argumenta-se que a implantação desses novos campi está associada à alteração da dinâmica e da estrutura intraurbana na sua interação contínua e constante com a estrutura interurbana regional. No caso do campus de Itapipoca, pode-se constatar que mudanças socioespaciais foram incitadas na escala interna da cidade a partir das interações espaciais ensejadas por um maior fluxo de pessoas – docentes e discentes não residentes – que passaram a circular na cidade em função deste equipamento de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do avanço de um sistema de cidades cada vez mais integrado e articulado globalmente, tornando porosas e fluidas suas fronteiras e limites, a lógica da aglomeração e o

próprio processo de urbanização não deixaram de existir, e não se completaram totalmente, e as cidades pequenas e médias continuam a demonstrar sua importância frente ao processo de produção do espaço nas suas mais diversas escalas (SCOTT; STORPER, 2018).

Neste artigo foi apresentada uma pesquisa que buscou explicitar os estudos urbanos na contemporaneidade fora dos maiores e mais complexos centros urbanos, a partir do qual concluímos que a implantação de políticas públicas educacionais contribui para as dinâmicas das cidades, principalmente ao promover a desconcentração desta oferta para outros centros urbanos, fora das metrópoles e grandes centros urbanos, possibilitando a população da região imediata buscar por tais serviços na própria região. Também pudemos detectar que existe necessidade de mais estudos sobre a expansão e interiorização dos Institutos Federais, bem como sobre suas influências locais, inclusive nos menores centros urbanos.

Antigas hierarquias urbanas foram suplantadas ou, no mínimo, rearranjadas, pelo avanço do meio técnico científico e informacional. O modo de produção capitalista passou a articular redes de cidades de múltiplos circuitos, por meio de interações diversas, permitindo às cidades pequenas e aos centros locais mais possibilidades de integração econômica, prescindindo da velha necessidade de passar primeiramente pela metrópole e/ou capitais regionais, no que diz respeito à gestão do território (SPOSITO; SILVA, 2013).

A despeito das verticalidades da urbanização planetária, reiteramos a necessidade dos estudos atinentes às horizontalidades e às interações espaciais multiescalares, que possibilitam a articulação, ainda que seletiva e desigual, de pontos remotos nos territórios a outros centros de tamanhos e funções distintas, seja por meio da circulação de mercadorias, pessoas, informações e serviços privados e públicos, como o abordado neste artigo.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, E.; SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. Cidades médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins, AM, Brasil. **Terra Plural**, UEPG, v. 14, p. 1-22, 2019.

BASÍLIO JÚNIOR, L. N. **A expansão da educação superior e profissional e seus efeitos na mobilidade espacial no Seridó Potiguar**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Demografia. Natal, 2019.

BRANDÃO, C. A. El campo de los estudios urbanos y regionales desde el Sur: anotaciones acerca de los desafíos teóricos y las posibilidades de una reconstrucción teórico-metodológica

crítica en la periferia del capitalismo. **Eure**, n. 144, vol. 48, p. 1-22. Disponível em:
<<https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/EURE.48.144.08/1446>> acesso em: 24 nov de
2022. <http://dx.doi.org/10.7764/eure.48.144.08>

BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio Integrada ao ensino médio**.
Ministério da Educação, Brasília, dezembro de 2007, 59 p.

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **eMetropolis**, Rio de Janeiro, no 19, ano 5, dezembro
de 2014, p. 6-26.

BRENNER, N. Revolução urbana? In: _____. **Espaços da urbanização**. Rio de Janeiro: Letra
Capital, 2018, p. 233-260.

CARLOS, A. F. A. Da organização à produção do espaço. In: _____. **A condição espacial**. São
Paulo: Contexto, 2011, p. 63-88.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**. Interações espaciais interescolares e cidades médias.
São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CASTRIOTA, R. Urbanização planetária ou revolução urbana? **Revista de estudos urbanos e
regionais**, Recife, V.18, N. 3, p. 507-523, set./dez. 2016. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p507>

CORREIA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GeoUSP - Espaço e
Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011. Disponível em:
<<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>> acesso em: 23 agosto de 2022.
<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228>

ENDLICH, A. M. A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento
regional (e vice-versa). In: MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria C. (Org.). **A
geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021, v. 1,
p. 98-125.

ENDLICH, A. M.; FERNANDES, P. H. C. (Org.). **Contribuições para a compreensão,
planejamento e gestão de pequenas localidades**. Maringá: PGE, 2022.

GOMES, R. C. C. Expansão do Ensino Técnico e Universitário no Rio Grande do Norte: entre a
Utopia e a Realidade. In: **Colóquio Internacional de Geocrítica, “Las utopías y la
construcción de la sociedad del futuro”**. Barcelona, 14. Mayo, 2016.

GOMES, R. G. S.; HOLANDA, V. C. C. (Orgs.). **A expansão do ensino superior em debate**.
Sobral: Edições UVA, 2018.

HARVEY, D. Cities or urbanization. In: BRENNER, N. (Ed.) **Implosion/explosion: towards a
study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014.

HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. Cidades médias do Ceará, estado do nordeste do Brasil, e
suas dinâmicas contemporâneas. **Revista Geográfica De América Central**, v. 2, 2011, p. 01-12.

Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2279>> Acesso em: 12 nov de 2022.

HOLANDA, V. C. C.; FREIRE, H. P. As universidades públicas estaduais brasileiras: apontamentos sobre sua relevância. **International Journal of Recent Scientific Research**, v. 12, p. 40552-40557, 2021. Disponível em: <<https://www.recentscientific.com/sites/default/files/17138-A-2021.pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2022. <http://dx.doi.org/10.24327/ijrsr.2021.1201.5718>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/itapipoca/panorama>> Acesso em: 13 nov de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>> Acesso em: 12 nov de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro, 2018, 82 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>> Acesso em: 13 Dez de 2020.

IFCE, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Física**. Itapipoca, 2018, 199 f.

IFCE, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA**. Itapipoca, 2018, 316 f.

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Campus Itapipoca**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/itapipoca/campus_itapipoca/o-campus> Acesso em: 20 dez de 2022.

MABIN, A. Sedimentando a teoria da cidade do Sul. **Revista Sociedade e Estado**. N. 2, Vol. 30, 2015, p. 323-346. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/fSW5Rch5wwJ4DXTmqcfjQdt/?format=pdf&lang=pt>> acesso em: 10 nov de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0102-699220150002000004>

MARCONI, M. M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5º Ed., 2003.

MEC – Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Brasil, 2010, 23 p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> acesso em: nov de 2022.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. Tese (doutorado), Programa de pós-graduação em Geografia, UNESP - Presidente Prudente: 2011, 450 f.

REGIC –Regiões de influência das cidades. **REGIC-2018**. Coordenação de Geografia. -Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

ROY, A. Las metrópolis del siglo XXI: nuevas geografías de la teoría. **Andamios**, N. 22, Vol. 10, maio-agosto de 2013, p. 149-182. Disponível em:
<<https://www.scielo.org.mx/pdf/anda/v10n22/v10n22a9.pdf>> Acesso em: 14 nov de 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília-DF, ABMES, 2000, 163 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. USP - São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCOTT, A.; STORPER, M. A natureza das cidades: a abrangência e os limites da teoria urbana. **Geografares**, n. 27, 2018, p. 5-29. Disponível em:
<<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21999>> acesso em: 23 nov de 2022.
<https://doi.org/10.7147/GEO27.21999>

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. Parintins: a geografia da saúde na formação da cidade média de responsabilidade territorial no Amazonas. In: BARTOLI, Estevan; MUNIZ, Charlene; ALBUQUERQUE, Renan (Org.). **Parintins: sociedade, territórios & linguagens**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016, p. 35-58.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; BARTOLI, Estevan. Escalas de análise, dimensões e aspectos de uma cidade média no Amazonas. Parintins, uma cidade de responsabilidade territorial. In: SILVA, William Ribeiro da; SCHOR, Tatiana (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Resende e Parintins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, v. 1, p. 165-177.

SILVA, L. T. **A dinâmica geográfica da expansão dos institutos federais no estado da Bahia: regionalizações e reordenamento**. Tese de Doutorado. POSGEO, Salvador-BA. 2018, 161 p.

SPOSITO, M E. B. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador, n 95, 2014, p. 23-35.

SPOSITO, E. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. da. **Cidades pequenas: Perspectivas teóricas e transformações Socioespaciais**. Jundiaí, paco editorial, 2013.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. Debates atuais sobre a teoria urbana: uma avaliação crítica. **Geografares**, n. 27, 2018, p. 30-62. Disponível em:
<<https://periodicos.ufes.br/index.php/geografares/article/view/22001>> acesso em: nov de 2022.
<https://doi.org/10.7147/GEO27.22001>

TAYLOR, P. J. **World city network**: a global urban analysis. London: Routledge, 2004.